



Circular nº 33/2014

24 de Setembro de 2014

Assunto: Estatutos APIRAC - Alteração.

Caros Associados,

Serve a presente para levar ao conhecimento dos Associados o texto integral da redacção actualizada dos Estatutos da APIRAC, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego, nº. 32, de 29/08/2014, cfr. ficheiro em anexo.

Lembramos que estas alterações aos Estatutos foram aprovadas na Assembleia Geral realizada no passado dia 15 de Julho, de acordo com a proposta de alteração que foi previamente remetida a todos os Associados.

Decorreram tais alterações, na sua maior parte, por imposição do ofício do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de Março do corrente, (concretamente, do ofício da Direcção de Serviços da Regulamentação Colectiva e Organizações do Trabalho, refª. (Proc.) 2.5.14.101.2014.3-DOT, datado de 06/03/2014), por força do qual e em cumprimento do artº. 8º., nºs. 1 e 2, da Lei nº. 7/2009, de 17 de Fevereiro, que aprovou o actual Código do Trabalho (2009), foi feita uma apreciação fundamentada da legalidade dos Estatutos da APIRAC à luz deste diploma, tendo sido concedido à Associação um prazo de 180 dias para corrigir as desconformidades detectadas, uma vez que os Estatutos provinham de data anterior.



Nessa medida, houve necessidade de corrigir diversos pontos do texto estatutário, destacando-se, entre outros:

- a denominação da Associação,
- o regime disciplinar,
- o quórum constitutivo da Assembleia Geral,
- o quórum constitutivo e deliberativo do Conselho Fiscal, bem como, a respectiva composição,
- e a extinção e a liquidação do património social.

Finalmente, aproveitou-se o ensejo para introduzir alguns ajustamentos, em ordem a adequar os Estatutos à realidade da actividade da associação.

Esperamos que o novo texto dos Estatutos da APIRAC possa ser assim um instrumento eficaz para o bom desempenho das funções que lhe são reconhecidas.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO da APIRAC



ÍNDICE

Conselho Económico e Social:

Arbitragem para definição de serviços mínimos:

...

Regulamentação do trabalho:

Despachos/portarias:

...

Portarias de condições de trabalho:

...

Portarias de extensão:

...

Convenções coletivas:

- Contrato coletivo entre a AES - Associação de Empresas de Segurança e outra e a FETESE - Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços e outro - Revisão global	3025
- Contrato coletivo entre a APCOR - Associação Portuguesa da Cortiça e a FEVICOM - Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro e outros (pessoal fabril) - Alteração salarial	3042
- Contrato coletivo entre a AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal e o SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia e outros - Alteração salarial e outras	3046
- Acordo coletivo entre a LACTICOOP - União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego, UCRL e outra e o Sindicato dos Profissionais de Lacticínios, Alimentação, Agricultura, Escritórios, Comércio, Serviços, Transportes Rodoviários, Metalomecânica, Metalurgia, Construção Civil e Madeiras e outro - Alteração salarial e outras	3047
- Acordo coletivo entre a BRISA - Auto-Estradas de Portugal, SA e outras e o Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços - SETACCOP e outras - Alteração salarial e outras	3056
- Acordo de empresa entre a EUROSCUT - Sociedade Concessionária da SCUT do Algarve, SA e o Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços - SETACCOP - Alteração salarial e outras e texto consolidado	3060

Decisões arbitrais:

...

Avisos de cessação da vigência de convenções coletivas:

...

Acordos de revogação de convenções coletivas:

...

Jurisprudência:

...

Organizações do trabalho:

Associações sindicais:

I – Estatutos:

- STP - Sindicato de Trabalhadores dos Portos de Lisboa e Setúbal - Constituição	3070
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares do Sul e Regiões Autónomas, que passa a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas - Alteração	3079
- UGT - Viana do Castelo, União Geral de Trabalhadores de Viana do Castelo - Alteração	3079
- UGT - Vila Real, União Geral de Trabalhadores de Vila Real - Alteração	3090

II – Direção:

- UGT - Viana do Castelo, União Geral de Trabalhadores de Viana do Castelo	3100
- UGT - Vila Real, União Geral de Trabalhadores de Vila Real	3100
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas	3102

Associações de empregadores:

I – Estatutos:

- Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros - ANTRAL - Alteração	3102
- APIRAC - Associação Portuguesa da Indústria de Refrigeração e Ar Condicionado, que passa a denominar-se APIRAC - Associação Portuguesa das Empresas dos Sectores Térmico, Energético, Electrónico e do Ambiente - Alteração	3104

II – Direção:

- AESIRF - Associação Nacional das Empresas de Segurança	3108
--	------

- Liga Portuguesa de Futebol Profissional 3108

Comissões de trabalhadores:

I – Estatutos:

...

II – Eleições:

...

Representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho:

I – Convocatórias:

- Janz Contagem e Gestão de Fluidos, SA 3109

Aviso: Alteração do endereço eletrónico para entrega de documentos a publicar no *Boletim do Trabalho e Emprego*

O endereço eletrónico da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho para entrega de documentos a publicar no *Boletim do Trabalho e Emprego* passou a ser o seguinte: dsrctot@dgert.msess.pt

De acordo com o Código do Trabalho e a Portaria n.º 1172/2009, de 6 de outubro, a entrega em documento eletrónico respeita aos seguintes documentos:

- a) Estatutos de comissões de trabalhadores, de comissões coordenadoras, de associações sindicais e de associações de empregadores;
- b) Identidade dos membros das direcções de associações sindicais e de associações de empregadores;
- c) Convenções colectivas e correspondentes textos consolidados, acordos de adesão e decisões arbitrais;
- d) Deliberações de comissões paritárias tomadas por unanimidade;
- e) Acordos sobre prorrogação da vigência de convenções coletivas, sobre os efeitos decorrentes das mesmas em caso de caducidade, e de revogação de convenções.

Nota:

- A data de edição transita para o 1.º dia útil seguinte quando coincida com sábados, domingos e feriados.
- O texto do cabeçalho, a ficha técnica e o índice estão escritos conforme o Acordo Ortográfico. O conteúdo dos textos é da inteira responsabilidade das entidades autoras.

SIGLAS

- CC - Contrato coletivo.
- AC - Acordo coletivo.
- PCT - Portaria de condições de trabalho.
- PE - Portaria de extensão.
- CT - Comissão técnica.
- DA - Decisão arbitral.
- AE - Acordo de empresa.

Execução gráfica: Gabinete de Estratégia e Planeamento/Centro de Informação e Documentação - *Depósito legal* n.º 8820/85.

APIRAC - Associação Portuguesa da Indústria de Refrigeração e Ar Condicionado, que passa a denominar-se APIRAC - Associação Portuguesa das Empresas dos Sectores Térmico, Energético, Electrónico e do Ambiente - Alteração

Alteração aprovada em 15 de julho de 2014, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 8, de 28 de fevereiro de 2014.

Texto integral dos estatutos da APIRAC, constituída em 1975, e os estatutos daí decorrentes publicados no *Diário do Governo*, III Série, n.º 187, de 14/8/1975, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE), 3.ª Série, n.º 3, de 15/2/1985, com a última alteração integral publicada no BTE, 3.ª Série, n.º 16, de 30/8/1991, e posteriores alterações parciais publicadas no BTE, 3.ª Série, n.º 3, de 15/2/1997, no BTE, 1.ª Série, n.º 29, de 8/8/2004, no BTE, 1.ª Série, n.º 30, de 15/8/2005 e no BTE n.º 8, de 28/2/2014, incluindo as alterações estatutárias aprovadas na assembleia geral de 15/7/2014.

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objecto

Artigo 1.º

A APIRAC - Associação Portuguesa das Empresas dos Sectores Térmico, Energético, Electrónico e do Ambiente é uma associação sem fins lucrativos e de duração ilimitada, regendo-se pelos presentes estatutos e legislação em vigor.

Artigo 2.º

1- A associação tem a sua sede em Lisboa e uma delegação no Porto, podendo, mediante deliberação da direcção, ser criadas delegações ou estabelecida qualquer outra forma de representação social onde seja mais conveniente.

2- A sede e delegações da APIRAC não poderão ser em instalações de associados ou de empresas do sector ou a elas ligadas.

Artigo 3.º

1- A associação tem por fim defender os justos interesses da indústria que representa e contribui para o seu progresso.

2- Na prossecução destes objectivos poderá:

a) Representar as empresas associadas em todos os actos de interesse geral ou sectorial e na celebração de convenções colectivas de trabalho;

b) Estabelecer as ligações ou filiações julgadas convenientes em associações, federações, uniões, confederações e organismos congéneres nacionais ou internacionais;

c) Contribuir para um bom entendimento e solidariedade entre os seus associados;

d) Promover a adequada estruturação e desenvolvimento do sector representado de acordo com os interesses da economia nacional e das empresas associadas;

e) Aceitar do poder executivo ou dos seus órgãos, assim como de entidades públicas ou de interesse público, a tarefa

de executar missões ou desenvolver actividades, reportando-se aos interesses gerais que lhe cumpre defender;

f) Promover a formação empresarial e profissional e a qualidade no frio e na climatização;

g) Prestar aos seus membros, através de serviços executivos e de apoio, assessoria nas áreas tecnológicas, económicas, social e jurídica;

h) Promover feiras, certames, exposições, conferências, cursos, colóquios e outros actos de natureza análoga, que se traduzam num melhor conhecimento e expansão do sector, dos seus produtos e serviços;

i) Editar uma publicação com carácter periódico;

j) Facilitar aos associados a utilização dos serviços e instalações da Associação, para fins relacionados com os objectivos sociais.

CAPÍTULO II

Associados

Artigo 4.º

1- Podem ser admitidos como associados da associação as empresas, pessoas singulares ou colectivas de direito privado, que no território nacional exerçam as actividades de consultadoria, projecto, fiscalização, construção, fabrico, comercialização, distribuição, instalação, reparação e manutenção ou actividades afins, de aparelhos, equipamentos ou instalações técnicas, nomeadamente ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento, electricidade, gestão técnica, energias renováveis, qualidade do ar interior e actividades conexas.

2- Perante a associação os associados serão representados por qualquer das pessoas que indicarem, mediante documento idóneo.

Artigo 5.º

1- A admissão dos associados faz-se a solicitação dos interessados, por deliberação, da direcção, depois de verificada a conformidade estatutária dos candidatos.

2- O requerimento para a admissão dos associados envolve, da parte destes, plena adesão às normas pelas quais a associação se rege e que são, para além da lei, estes estatutos, os regulamentos internos e as deliberações nos termos estatutários.

3- Da deliberação a que se refere o número 1, que será afixada na sede da associação e notificada ao requerente, cabe recurso, interposto por este ou por outro qualquer associado, no prazo de 10 dias, a contar da notificação ou da afixação para a próxima assembleia-geral.

Artigo 6.º

1- São direitos dos associados:

a) Tomar parte nas assembleias-gerais;

b) Eleger e ser eleitos para os cargos da associação ou designados para quaisquer das comissões que a integram;

c) Requerer a convocação da assembleia-geral nos termos estabelecidos na lei e nos estatutos;

d) Apresentar as propostas que julguem de interesse colectivo ou convenientes para uma boa solução dos problemas que importem ao seu ramo de indústria;

e) Ser representados pela associação perante as instituições públicas e parapúblicas, nacionais e estrangeiras, e, ainda, perante organismos técnicos, patronais e sindicais, nomeadamente no domínio das relações colectivas de trabalho, e em todos os demais assuntos que envolvam interesses de ordem geral ou sectorial;

f) Frequentar as instalações da associação e utilizar os seus serviços nas condições que forem estabelecidas;

g) Colher, através da direcção ou das comissões, informações relativas à actividade da associação.

2- Compete à direcção definir as condições para a utilização dos serviços da associação pelos associados recém admitidos, nomeadamente estabelecendo o número mínimo de quotas mensais que deverá ser pago antecipadamente, sem prejuízo da jóia a pagar pela inscrição, e quais os serviços abrangidos por este condicionalismo.

Artigo 7.º

São deveres dos associados:

a) Respeitar e cumprir estes estatutos, bem como os regulamentos, normas e deliberações emanadas dos órgãos competentes da associação;

b) Contribuir financeiramente para a associação nos termos estatutários;

c) Evitar procedimentos menos correctos em prejuízo de outros associados;

d) Desempenhar com zelo os cargos para que forem eleitos ou designados;

e) Acompanhar e participar nas actividades da associação, contribuindo para a sua eficiência e prestígio.

Artigo 8.º

1- Constitui infracção disciplinar, punível nos termos deste artigo e do seguinte, o não cumprimento, por parte dos associados, de qualquer dos deveres referidos no artigo 7.º ou quaisquer outras faltas que, pela sua gravidade, ponham em causa o bom nome e o prestígio da associação.

2- Compete à direcção a apreciação e punição das infracções disciplinares.

3- O processo disciplinar deverá assegurar o procedimento escrito e o direito de defesa do associado.

4- Das decisões proferidas pela direcção caberá sempre recurso para a próxima assembleia-geral e deste órgão para os tribunais comuns.

5- No caso de recurso para a assembleia-geral ser provido, tal facto constituirá, por si só e para todos os efeitos, reparação bastante, nenhuma outra sendo devida ao associado recorrente.

Artigo 9.º

1- As infracções disciplinares previstas no artigo anterior serão punidas com as seguintes sanções:

a) Suspensão de direitos e regalias enquanto se mantiver a infracção;

b) Multa até ao valor da quota anual;

c) Expulsão.

2- A falta de pagamento pontual de contribuições ou de quaisquer outros encargos que sejam devidos poderá dar lugar à aplicação das sanções referidas neste artigo, sem prejuízo de recurso aos tribunais comuns, para obtenção judicial das importâncias em dívida.

3- A sanção de expulsão só poderá ser aplicada em caso de grave violação de deveres fundamentais pelo associado.

4- Para efeitos do número anterior, considera-se grave violação de deveres fundamentais, nomeadamente:

a) O não pagamento de quotas correspondentes a mais de seis meses, decorrido o prazo que para o efeito lhe for fixado e comunicado, em sede de procedimento disciplinar;

b) A prática de actos que impeçam ou dificultem a execução das deliberações dos órgãos associativos ou sejam contraditórios com os objetivos por elas prosseguidos;

c) A prática, em geral, de quaisquer actos contrários aos objetivos da associação ou susceptíveis de afectar gravemente o seu prestígio.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 10.º

São órgãos da associação a assembleia-geral, a direcção e o conselho fiscal.

Artigo 11.º

1- A mesa da assembleia-geral, a direcção e o conselho fiscal são eleitos, em escrutínio secreto, por períodos de três anos.

2- A votação eleitoral designará pessoas singulares em representação de pessoas colectivas; no caso de não ter sido feita a eleição de substitutos em termos análogos, proceder-se-á a eleição parcial sempre que se abra alguma vaga.

3- Só poderão ser eleitos para os órgãos da associação os associados que estejam inscritos na associação há mais de um ano.

4- As eleições deverão efectuar-se até 31 de Março do próximo ano do mandato seguinte.

5- Findo o período dos mandatos, os membros eleitos dos órgãos sociais conservar-se-ão, para todos os efeitos, no exercício dos seus cargos até que os novos membros sejam empossados.

6- Os membros dos corpos gerentes não podem abster-se de votar nas deliberações tomadas em reuniões em que estejam presentes e são responsáveis pelos prejuízos delas decorrentes, salvo se houverem manifestado a sua discordância.

7- Os corpos gerentes podem ser destituídos a todo o tempo por deliberação da assembleia-geral, expressamente convocada para o efeito.

SECÇÃO II

Assembleia-geral

Artigo 12.º

1- A assembleia-geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais.

2- A mesa da assembleia-geral compor-se-á de um presidente, um vice-presidente e dois secretários.

Artigo 13.º

1- Compete à assembleia-geral:

a) Eleger a respectiva mesa, bem como a direcção e o conselho fiscal;

b) Alterar o montante das quotas;

c) Discutir, aprovar ou modificar o relatório e contas da direcção e o parecer do conselho fiscal;

d) Alterar os estatutos;

e) Definir as grandes linhas de actuação da associação;

f) Tomar outras deliberações que lhe sejam cometidas por estes estatutos ou pela lei ou ainda que resultem da sua posição de órgão supremo da associação;

g) Aprovar, discutir e modificar o regulamento do processo eleitoral para os órgãos sociais.

2- O presidente da mesa da assembleia-geral deverá assistir às reuniões da direcção, sempre que for convocado.

Artigo 14.º

1- A convocação das assembleias-gerais deverá ser feita por meio de anúncios publicados, com antecedência não inferior a 15 dias, em jornais de grande publicidade, um em Lisboa e outro no Porto.

2- Será sempre expedido por correio ordinário um aviso convocatório dirigido para o domicílio dos associados.

Artigo 15.º

1- A assembleia-geral reunir-se-á no 1.º semestre de cada ano para apreciar o relatório e contas da direcção e o parecer do conselho fiscal relativos à gerência do ano findo e pronunciar-se sobre os demais assuntos da ordem de trabalhos.

2- A assembleia-geral reunir-se-á ainda sempre que a direcção ou o conselho fiscal o julguem necessário ou a pedido fundamentado e subscrito por 20 % do total dos associados.

Artigo 16.º

1- Cada associado tem direito a um voto.

2- Não é permitido o voto por correspondência.

3- É permitido o voto por procuração nas seguintes condições:

Cada associado não poderá representar mais de cinco outros associados;

A procuração pode ser conferida em documento particular ou em simples carta, dirigida ao presidente da mesa;

A assinatura do associado mandante deve ser reconhecida por notário ou abonada por outros dois associados, com exclusão do mandatário;

No referido documento deve especificar-se claramente o mandatário e a assembleia-geral a que a procuração respeita.

Artigo 17.º

1- A assembleia geral só pode funcionar, em primeira convocatória, desde que estejam presentes, pelo menos, metade dos associados de pleno direito.

2- Não se verificando o condicionalismo previsto no número anterior, poderá a assembleia geral funcionar com qualquer número de associados, em segunda convocação, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira.

Artigo 18.º

1- Salvo a disposição dos números seguintes, as deliberações da assembleia-geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.

2- As deliberações sobre alterações dos estatutos ou destituição dos corpos gerentes, exigem o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes.

3- As deliberações sobre a dissolução da assembleia requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

4- Não poderão ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se todos os associados estiverem presentes e concordarem com o aditamento.

5- O associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a associação e ele.

6- Quanto à forma de votação observar-se-á o seguinte:

a) As votações para eleições serão sempre por escrutínio secreto;

b) Competirá, em princípio, ao presidente da mesa determinar a forma das restantes votações, mas sem prejuízo da própria assembleia escolher outra, a qual prevalecerá então.

7- Só se admitirão declarações de voto quando a votação for nominal, devendo ser feitas por escrito e enviadas à mesa para constarem da acta.

SECÇÃO III

Direcção

Artigo 19.º

1- A administração da associação é exercida pela direcção, composta por sete membros.

2- O presidente e o vice-presidente da direcção serão designados pela assembleia-geral.

Artigo 20.º

Compete à direcção:

a) Exercer, com os mais amplos poderes, a gestão das actividades sociais;

b) Representar a associação perante o Estado, os seus serviços, quaisquer pessoas ou entidades e, ainda, em juízo, activa ou passivamente;

c) Estruturar a organização dos serviços da associação, admitir, nomear e dispensar o pessoal e fixar-se as suas condições de trabalho, incluindo os vencimentos;

d) Adquirir bens móveis ou imóveis e tomá-los de aluguer ou arrendamento desde que contemplados em orçamento

aprovado;

e) Definir, orientar e fazer executar a actividade da associação, de acordo com as linhas gerais traçadas pela assembleia-geral;

f) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares;

g) Apresentar à assembleia-geral o relatório e contas, bem como todas as propostas necessárias ou convenientes;

h) Designar e destituir os membros das comissões previstas no capítulo IV destes estatutos e promulgar os respectivos regulamentos internos, conforme se prevê no artigo 25.º;

i) Negociar e firmar convenções colectivas de trabalho, em representação dos associados e com âmbito legalmente determinado;

j) Solicitar o parecer das comissões sempre que entender conveniente e apreciar e decidir sobre as suas propostas;

l) Criar e atribuir tarefas a serviços de apoio e grupos de trabalho, permanentes ou eventuais, para os quais pode requerer a participação de representantes das comissões ou de associados designados para o efeito;

m) Estabelecer as ligações e filiações da associação;

n) Criar delegações ou estabelecer outra forma de representação social onde for considerado mais conveniente;

o) Praticar tudo o mais que for julgado necessário à realização dos fins da associação.

Artigo 21.º

1- Na sua primeira reunião, a direcção distribuirá os cargos respectivos, sem prejuízo do estabelecido no número 2 do artigo 19.º.

2- A direcção reunir-se-á, por convocação do seu presidente, sempre que este o julgue necessário, mas não menos de uma vez por mês.

3- Para a reunião por funcionar é necessário a presença da maioria dos seus membros.

4- As deliberações serão tomadas por maioria dos membros presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito ao voto de desempate.

5- O funcionamento da direcção é apolado pelo secretário-geral da associação.

Artigo 22.º

1- Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da direcção ou de mandatário por ela devidamente constituído para o efeito.

2- A direcção poderá delegar nas comissões ou em colaboradores técnicos a representação da associação em quaisquer organismos, comissões e grupos de trabalho, mediante carta dirigida a essas entidades.

SECÇÃO IV

Conselho fiscal

Artigo 23.º

1- O conselho fiscal será constituído por um presidente e dois vogais.

2- Na sua primeira reunião o conselho fiscal escolherá o presidente.

3- O conselho fiscal reunir-se-á, pelo menos, trimestralmente e sempre que for convocado pelo seu presidente.

4- Para a reunião funcionar é necessária a presença da maioria dos seus membros.

5- As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

Artigo 24.º

1- Compete ao conselho fiscal:

a) Fiscalizar os actos da direcção;

b) Dar parecer sobre o relatório e contas da gerência a submeter à assembleia-geral;

c) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela direcção.

2- O presidente do conselho fiscal deverá assistir às reuniões da direcção, sempre que for convocado.

3- O conselho fiscal poderá ser coadjuvado na sua missão por um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

CAPÍTULO IV

Comissões

Artigo 25.º

1- Por deliberação da direcção poderão ser constituídas comissões de trabalho, com um âmbito de actividade específico e delimitado.

2- Caberá à direcção aprovar o regulamento interno de funcionamento das comissões, as quais serão compostas por um número ímpar de membros, com um mínimo de três elementos, que serão designados e destituídos pela direcção.

3- Os membros assim designados escolherão de entre si qual será o presidente e o vice-presidente da comissão.

4- Das comissões poderão fazer parte os associados que exerçam a actividade por elas representada, podendo, todavia, pertencer a mais de uma, de acordo com o âmbito da sua actividade efectiva, e, bem assim, quaisquer entidades ou pessoas singulares, de reconhecido mérito técnico-científico, com intervenção na área de actividade abrangida pela comissão.

5- As comissões têm autonomia na sua actividade específica, desde que não colida com os objectivos da associação e a sua actuação externa obtenha o prévio sancionamento da direcção.

6- Compete às comissões:

a) Pronunciar-se sobre os assuntos em que seja solicitado o seu parecer pela direcção;

b) Definir as linhas de actuação da comissão, promovendo as acções adequadas para a prossecução dos seus fins específicos;

c) Promover o estudo dos problemas próprios da área da sua incidência, nos domínios económico, técnico, jurídico ou outros;

- d) Apresentar propostas à direcção;
 - e) Designar representantes para serviços de apoio e grupos de trabalho criados pela direcção.
- 7- Ao secretário-geral da associação caberá a função de apoiar as comissões.

CAPÍTULO V

Regime financeiro

Artigo 26.º

- 1- Constituem receitas da associação:
- a) O produto das jóias;
 - b) O produto das quotas;
 - c) Comparticipações específicas correspondentes ao pagamento de trabalhos especialmente acordados entre empresas e a associação;
 - d) Os valores que por força da lei, estatutos, regulamentos ou disposição contratual lhe sejam atribuídos a título gratuito ou oneroso;
 - e) Quaisquer outros bens ou rendimentos não proibidos por lei.
- 2- As despesas da associação são as que resultam do cumprimento dos estatutos e do regulamento ou regulamentos, além de todas as outras indispensáveis para a completa realização dos seus fins, bem como as que forem impostas por lei.

Artigo 27.º

- 1- A jóia a pagar por inscrição do associado é correspondente a três meses do valor da quota.
- 2- A quota é mensal e será de montante a fixar em assembleia-geral, podendo o seu quantitativo variar na função do critério relacionado com a dimensão das empresas associadas.
- 3- A quotização mensal de cada associado será paga na sede da associação.

Artigo 28.º

- 1- Os valores monetários serão depositados em institui-

ções de crédito, não podendo estar em caixa mais do que o valor indispensável para fazer face às despesas quotidianas.

2- Os levantamentos de fundos existentes nas instituições de crédito só poderão ser efectuados por meio de cheques assinados por dois membros da direcção.

3- São expressamente proibidos os levantamentos de dinheiro da caixa por meio de vales, salvo se se destinarem à efectivação de despesas correntes e sejam previamente autorizados pelo tesoureiro.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais

Artigo 29.º

- 1- A associação só poderá ser dissolvida por deliberação da maioria absoluta de três quartos do número de todos os associados, reunidos em assembleia-geral, expressamente convocada para o efeito.
- 2- A assembleia que votar a dissolução designará os liquidatários e indicará o destino do património disponível, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 3- Em caso de extinção judicial ou voluntária da associação, os respectivos bens não podem ser distribuídos pelos associados.

Artigo 30.º

Para todas as questões entre associados e a associação, emergentes destes estatutos, designadamente as relativas à validade das respectivas cláusulas, exercício dos direitos sociais, débitos e sua cobrança, é exclusivamente competente o foro da comarca de Lisboa.

Registado em 14 de agosto de 2014, ao abrigo do artigo 449.º do Código do Trabalho, sob o n.º 50, a fl. 125 do livro n.º 2.

II - DIREÇÃO

AESIRF - Associação Nacional das Empresas de Segurança

Eleição em 19 de fevereiro de 2014, para o mandato de três anos.

Presidente - Sr. Dr. Augusto de Moura Paes (GRUPO 8).
Secretário - Sr.ª Dr.ª Isabel Graça Dinis (ESEGUR).
Tesoureiro - Sr. Rui Alberto Pacheco Cravina.

Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Eleição em 11 de junho de 2014, para o mandato de quatro anos.

Presidente da Liga - Mário Silveiras de Carvalho Figueiredo.